

ÍNDICE DE DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DE EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA B3

Data de aceite: 03/04/2023

Rafaela Moura Goulart

<http://lattes.cnpq.br/0242596756898755>

Karla Luisa Costa Sabino

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tema sustentabilidade tem estado em pauta globalmente, e muito tem-se discutido e avançado nesse sentido. Foram fundadas organizações, órgãos de fiscalização, elaboradas políticas públicas, legislações, e muitos outros meios de proteção ambiental. Mesmo com esses avanços, o conceito de desenvolvimento sustentável é muito mais abrangente e surge como forma de englobar todas as esferas da sociedade, para continuidade e busca pelo crescimento econômico, social, cultural, sem o esgotamento dos recursos naturais, preservando a biodiversidade e ecossistemas (ARRUDA; QUELHAS, 2010).

Alinhado ao conceito de desenvolvimento sustentável, as empresas

têm papel primordial na gestão dos recursos naturais, e atualmente suas informações ambientais são mais fáceis de obter através dos meios de comunicação amplamente difundidos, como a internet que disponibiliza uma gama infinita de dados. A evidenciação das informações ambientais depende de algumas variáveis, como a qualidade dos dados divulgados e a sua comparação com as divulgações de outras empresas, companhias essas diferentes em tamanho, localização, e até mesmo normas e legislações de diferentes países (GUBIANI; SANTOS; BEUREN, 2012). Para tanto, apesar de existirem diretrizes para guiar a construção e publicação desses dados, não há obrigatoriedade e padronização que faça mostrar com qualidade o conteúdo divulgado.

No meio acadêmico e empresarial, o *disclosure* ambiental atualmente define empresas com foco em crescimento e desenvolvimento transparente. A responsabilização das indústrias pelos resíduos gerados, onde o mercado passa

a selecionar as melhores empresas para investir, inovar, e fazer novos negócios. Além dos consumidores, que buscam cada vez mais por empresas ambientalmente conscientes e comprometidas com os recursos naturais utilizados em seus processos. Arruda e Quelhas (2010, p. 55) destacam que “diante da ampliação do debate em torno do tema Sustentabilidade, grandes empresas vêm se mobilizando na busca do alinhamento de suas práticas com valores socioambientais mais justos, promovendo uma abordagem de negócio onde se cria valor de longo prazo para o acionista”.

Diante de inúmeras transformações ocorridas nas últimas décadas, sem dúvida a ascensão dos temas ligados ao meio ambiente sofreram grande evolução, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: de que maneira as companhias selecionadas divulgam as informações ambientais em seus demonstrativos contábeis.

O objetivo do presente estudo é analisar as informações divulgadas nos relatórios contábeis das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) listadas pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Isso se dá através de um paralelo entre seus demonstrativos financeiros do ano de 2021 e o Indicador de *Disclosure Ambiental* (IDA), desenvolvido por pesquisadores brasileiros no ano de 2013, visando identificar dez atributos acerca das divulgações ambientais, demonstrando a representatividade e praticidade dessas informações. É possível ainda, traçar um comparativo entre as companhias e chegar a diversas conclusões qualitativas sobre essas empresas.

De acordo com o que está em pauta nas discussões ambientais da atualidade, a pesquisa se justifica com base em seu objetivo, que busca analisar de forma qualitativa as informações divulgadas nos relatórios contábeis das empresas do ISE. Esse índice é composto por grandes empresas de relevância no cenário econômico atual, e que são amplamente difundidas no mercado de consumo nacional. Todas as informações geradas no estudo, são amplamente relevantes as partes interessadas dessas companhias e podem contribuir para maiores estudos nesse sentido.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, grandes empresas iniciaram oferta pública de ações, alinhados aos interesses dos *stakeholders*¹, mas principalmente dos acionistas, a necessidade de uma maior quantidade de informações a respeito dos seus investimentos. As informações ambientais ganham papel de destaque, frente a conscientização e as crescentes cobranças da sociedade.

2.1 Divulgação de informação e *disclosure ambiental*

Cada vez mais, as companhias enxergam a necessidade das divulgações por diferentes motivos: a sua imagem frente ao mercado, a busca pela competitividade, a expectativa de aumento no valor das ações, pressão por parte da sociedade, desejo de

¹ *Stakeholders*: partes interessadas.

ser transparente etc. Porém, existe ainda dificuldade em comparar dados de diferentes empresas, devido à falta de padronização. Para Gubiani, Santos e Beuren (2012) as informações e os relatórios disponíveis ainda são poucos e não existe padrão definido.

Depreende-se destes relatos de pesquisas anteriores que a maioria dos estudos realizados sobre evidência ambiental constatou que há escassez de informações desta natureza nos relatórios contábeis. O relatório contábil mais utilizado para este tipo de informação é o relatório da administração. Falta ainda uniformidade nas divulgações das empresas, o que dificulta a comparabilidade por parte do usuário (GUBIANI; SANTOS; BEUREN, 2012, p. 11).

Alguns estudos sobre o tema discorrem sobre a obrigatoriedade de divulgação. No mundo existem trabalhos nesse sentido desde a década de 1990. Gubiani, Santos e Beuren (2012) destacam como a internet facilita em encontrar essas informações, apesar das divergências no formato escolhido para divulgar os dados.

Ao comparar o conteúdo de informações divulgadas via relatórios contábeis com as informações divulgadas na Internet, os autores observaram diferenças significativas, ou seja, foram encontradas mais que o dobro de informações ambientais divulgadas voluntariamente na internet. Entretanto, foram identificadas muitas divergências na forma de divulgação entre empresas do mesmo setor, tanto por meio da internet como por meio dos relatórios contábeis (GUBIANI; SANTOS; BEUREN, 2012, p.10).

Pode-se entender o *disclosure* ambiental, como a divulgação voluntária de informações ambientais para atingir a demanda de possíveis usuários desses dados. Braga e Salotti (2008, p. 13) em seu estudo para avaliar a relação entre o nível de *disclosure* ambiental e características corporativas, chegaram à conclusão de que eles “tem correlação positiva e significativa com o tamanho e a riqueza criada pela empresa”, em que empresas maiores possuem maior capacidade de absorção dos custos de divulgação.

Buscando diminuir a assimetria de informações entre os agentes, o *disclosure* voluntário tem sido empregado também com a finalidade de alavancar o valor de mercado e incrementar a credibilidade das empresas favorecendo a conquista de novos mercados, visando retornos financeiros e obtenção de novos financiamentos (FERNANDES, 2013).

Ainda, para conquistar vantagem competitiva e reduzir os custos com a divulgação, as empresas têm possibilidades de divulgar voluntariamente suas informações econômicas, sociais e ambientais por meio de redes sociais (PAULINO; DA SILVA; GIRÃO, 2019).

Os relatórios para divulgação podem ser construídos de diversas formas, o *Global Reporting Initiative* (GRI), “representa um dos escopos mais abrangentes, sendo conhecido e utilizado mundialmente para fins de elaboração de relatórios de sustentabilidade pelas empresas” (KNEIPP *et al.*, 2013, p. 297).

No Brasil, há órgãos sociais, ambientais e econômicos, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T15 que trata das Informações de Natureza Social e Ambiental, aprovada pela Resolução

Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.003/04. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aprovou em 2021, a Resolução nº 59, que entra em vigor a partir de 2023, buscando esclarecer sobre a divulgação de informações de sustentabilidade e governança (COSTA; HARTWIG, 2022). Sendo essas, fontes importantes no entendimento e aplicação das legislações voltadas a questões ambientais.

2.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Monzoni, Biderman e Brito (2006, p.1) destacam que “os índices têm por finalidade indicar o comportamento do mercado acionário como um todo, ou de um segmento econômico específico”. E alguns índices se tornam muito relevantes, sendo considerados como “termômetros” das expectativas dos agentes em relação ao futuro.

Em 2005, a B3 criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que tem por objetivo “ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial” (B3, 2022).

Monzoni, Biderman e Brito (2006, p. 6) definem que “o principal objetivo do índice é criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações”.

Nogueira e Gomes (2011), através de um estudo buscando verificar o desempenho do ISE quanto ao seu retorno e risco, constataram que o índice pode ser atrativo para a tomada de decisão por parte dos investidores.

O ISE é um investimento voltado ao tema social, ambiental e ético e se mostra válido para os investidores também no sentido de oferecer retornos semelhantes aos dos demais índices da Bovespa. Não obstante disso, o ISE também apresentou resultados positivos para o Índice de Sharpe, demonstrando que o risco que o mesmo oferece é recompensado, até mesmo superando os resultados de alguns dos índices da Bovespa (ITEL, IMOB, ITAG, IVBX-2 e IFNC), mostrando-se como um investimento atrativo (NOGUEIRA; GOMES, 2011, p. 95).

O ISE visa elencar as demandas de desenvolvimento sustentável atualmente e induzir as empresas a adotar as melhores práticas baseadas em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Essa ferramenta permite a comparabilidade de performances das companhias sob o aspecto da sustentabilidade corporativa (COSTA *et al.*, 2016).

Segundo o site oficial da B3 (2021), para serem listadas no ISE, as companhias devem atender a critérios de inclusão específicos tais como: estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), ocupem as 200 primeiras posições; Ter presença em pregão de 50% no período de vigência das três carteiras anteriores; Não ser classificado como “Penny

Stock”; Seis Critérios de sustentabilidade (1- Score ISE B3 igual ou maior que a nota de corte geral aplicável a cada ciclo anual de seleção; 2- Pontuação por tema do questionário ISE B3 maior ou igual que 0,01 pontos; 3- Pontuação qualitativa mínima de 70 pontos percentuais; 4- Índice de risco reputacional (*RepRisk Index – Peak RRI*) igual ou menor que 50 pontos; 5- Score CDP-Clima igual ou superior a “C” e 6- Resposta positiva às perguntas do questionário classificadas como requisitos mínimos para o setor). Desta forma, a carteira de empresas do ISE é reavaliada anualmente, através dos critérios descritos.

2.3 Indicador de *Disclosure Ambiental* (IDA)

Em vista dos crescentes aumentos nos números de divulgações de informações ambientais, foram criados vários prêmios, rankings e indicadores. Bachmann, Carneiro e Espejo (2013, p. 37), com o objetivo de “elencar os principais atributos de evidenciação de informações ambientais por meio da opinião dos especialistas da área” criaram em 2013 o Indicador de *Disclosure Ambiental* (IDA). Sendo este, um instrumento genuinamente brasileiro para avaliação e análise do *disclosure* ambiental.

A partir de rodadas Delphi, que podem ser descritas como “um método para estruturar processos de comunicação coletiva, permitindo a um grupo de indivíduos lidar com um problema complexo” (BACHMANN; CARNEIRO; ESPEJO, 2013, p. 38), os especialistas em contabilidade ambiental deram notas aos atributos de acordo com a sua percepção para a composição do IDA.

O IDA possui dez atributos ambientais que, em ordem crescente, refletem 65% de pontos (290 de 440 pontos totais) atribuídos a importância dada pelos especialistas (BACHMANN; CARNEIRO; ESPEJO, 2013). No quadro 1, dá-se o somatório das notas e o percentual de participação de cada atributo para a composição final do indicador.

Composição do Indicador de <i>Disclosure Ambiental</i>	Somatório das Notas	Composição
1 - Impactos ambientais dos produtos e processos (poluição atmosférica, das águas, sonora, visual)	63	22%
2 - Informações sobre resíduos e desperdícios	40	14%
3 - Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	34	12%
4 - Programa de gestão ambiental (longo prazo)	34	12%
5 - Declaração das políticas empresariais ambientais	25	9%
6 - Uso eficiente / Reutilização da água	24	8%
7 - Auditoria ambiental	19	7%
8 - Práticas contábeis de itens ambientais	17	6%
9 - Reserva para proteção ambiental	17	6%
10 - Custos e/ou despesas ambientais	17	6%
	290	100%

Quadro 1 – Indicadores de *Disclosure Ambiental*

Fonte: Adaptado de BACHMANN, CARNEIRO e ESPEJO, 2013, p. 43.

Ao analisar o quadro 2, é possível verificar quatro categorias de estudo: a primeira são os Impactos dos Produtos e Processos, que em conjunto somam 44%, eles são os impactos ambientais dos produtos e processos, com informações sobre resíduos, desperdícios e uso eficiente/ reutilização da água. A segunda são as Políticas Ambientais que somam juntas 20%, sendo o estabelecimento de metas, objetivos e declaração das políticas empresariais ambientais. A terceira são os Sistemas de Gerenciamento Ambiental com 18%, que são o programa de gestão ambiental e a auditoria ambiental; e por último, as Informações Financeiras Ambientais que somam 18%, compostas pelas práticas contábeis de itens ambientais, reserva para proteção ambiental e custos e/ou despesas ambientais.

Categorias	Composição do IDA	Composição	Total (%)
Impacto dos Produtos e Processos	1 - Impactos ambientais dos produtos e processos (poluição atmosférica, das águas, sonora, visual)	22%	44%
	2 - Informações sobre resíduos e desperdícios	14%	
	6 - Uso eficiente / Reutilização da água	8%	
Políticas Ambientais	3 - Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	12%	20%
	5 - Declaração das políticas empresariais ambientais	9%	
Sistemas de Gerenciamento Ambiental	4 - Programa de gestão ambiental (longo prazo)	12%	18%
	7 - Auditoria ambiental	7%	
Informações Financeiras Ambientais	8 - Práticas contábeis de itens ambientais	6%	18%
	9 - Reserva para proteção ambiental	6%	
	10 - Custos e/ou despesas ambientais	6%	

Quadro 2 – Categorias do Indicadores de *Disclosure* Ambiental

Fonte: Adaptado de BACHMANN, CARNEIRO e ESPEJO, 2013, p. 43.

O IDA delimita o entendimento do que é primordial nas divulgações e pode ser aplicado há uma variada gama de empresas, que apresentam como resultado o grau de comprometimento e contribuição para o *disclosure* ambiental.

No tópico 3, portanto, será tratada a metodologia para o desenvolvimento dessa pesquisa.

3 | METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa é classificada como descritiva e de causalidade explicativa. Segundo Martins (2016, p. 116), as técnicas descritivas em “tais estudos são mais presentes nas investigações que envolvem análises e avaliações de papéis, funcionamento de organizações, avaliação, planejamento, coordenação, expectativas etc”.

Sendo, quanto ao seu objetivo, pesquisa de caráter qualitativo. Martins (2016, p. 366) explica que “a pesquisa qualitativa também é conhecida como pesquisa naturalística, uma vez que para estudar um fenômeno relativo às ciências humanas e sociais é necessário que o pesquisador entre em contato direto e prolongado com o ambiente no qual o fenômeno está inserido”.

3.2 Amostra e coleta de dados

A amostra selecionada é de nove empresas que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), listadas pela B3 no ano de 2021. As empresas selecionadas se enquadram na categoria de Consumo Cíclico e Não Cíclico. Sendo o consumo cíclico mais vulnerável às variações macroeconômicas, e essas empresas são impactadas por flutuações na economia, dentre elas empresas que produzem e comercializam bens duráveis. E as empresas não cíclicas como menos impactadas por essas variações, dentre elas, produtoras de bens de consumo não duráveis, como alimentos, bebidas e itens de higiene por exemplo (PANDINI; STÜPP; FABRE, 2018). O Quadro 3 detalha a composição da amostra:

CATEGORIA	COMPANHIA
Cons N Cíclico / Comércio Distr.	P. ACUCAR-CBD
Cons N Cíclico / Pr Pessoal Limp	GRUPO NATURA
Consumo Cíclico / Comércio	AMERICANAS
Consumo Cíclico / Comércio	AREZZO CO
Consumo Cíclico / Comércio	LOJAS RENNER
Consumo Cíclico / Comércio	MAGAZ LUIZA
Consumo Cíclico / Comércio	VIA
Consumo Cíclico/Autos e Motos	IOCHP-MAXION
Consumo Cíclico/Constr Civil	MRV

Quadro 3 – Empresas de consumo Cíclico e Não Cíclico

Fonte: Site oficial ISE B3, 2022.

As empresas selecionadas são de grande relevância no cenário econômico atual, possuindo alto faturamento e são empresas amplamente difundidas no mercado de consumo nacional.

A coleta de dados se deu através das demonstrações financeiras padronizadas e notas explicativas findas em 31/12/2021 e Relatórios de Sustentabilidade, disponibilizados anualmente nos sites oficiais das companhias.

3.3 Análise dos dados

Os dados serão analisados qualitativamente com base no contexto ambiental, traçando um paralelo entre o Indicador de *Disclosure* Ambiental – IDA, as palavras-chave das demonstrações financeiras padronizadas dessas entidades e os Relatórios de Sustentabilidade, conforme mencionado no tópico 2.3 deste trabalho.

Para demonstrar se a companhia divulgou os dez atributos de características ambientais do IDA, utiliza-se o método de classificação de escala binária. Sendo a escala binária “aquela em que o respondente é apresentado a um item e informa qual sua posição entre duas opções” (DA COSTA; ORSIN; CARNEIRO, 2018, p.134). Neste estudo, foi atribuído o mesmo peso, ou seja, a mesma importância, a todas as categorias analisadas nas divulgações, onde o valor “1” indica a presença do atributo, e o valor “0” a ausência do atributo.

4 | RESULTADO E DISCUSSÃO

Foi realizada uma análise descritiva através dos dados obtidos nos sites oficiais das companhias para o exercício de 2021, buscando identificar os dez indicadores do IDA (Indicador de *Disclosure* Ambiental) nas empresas listadas pela B3 no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Passa-se, então, a uma análise destes atributos e sua relação com a amostra, que é composta por nove empresas de consumo cíclico e não cíclico listadas no tópico 3.2 deste trabalho.

Na etapa de classificação de escala binária, descrita no tópico 3.3, o quadro 4 foi construído, buscando destacar quais atributos foram identificados nas divulgações das companhias.

COMPANHIA	Atributo 1	Atributo 2	Atributo 3	Atributo 4	Atributo 5	Atributo 6	Atributo 7	Atributo 8	Atributo 9	Atributo 10	Total Atributos Divulgados
GRUPO NATURA	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	9
LOJAS RENNEN	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	9
VIA	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	9
P.AÇUCAR-CBD	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	8
AMERICANAS	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	8
AREZZO CO	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	8
MAGAZ LUIZA	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	8
IOCHP-MAXION	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	8
MRV	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	8
Incidência dos Atributos	9	9	9	9	9	9	9	3	0	9	75

Quadro 4 – Atributos do IDA divulgados pelas companhias

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É possível verificar que empresas Natura, Lojas Renner e Via, atenderam a nove atributos e as demais companhias, atenderam somente a oito. Quanto a incidência de cada um dos atributos, o de número nove (Reserva para proteção ambiental) não foi encontrado nas divulgações e o de número oito (Práticas contábeis de itens ambientais) foi identificado apenas nas três companhias já citadas (Natura, Lojas Renner e Via), os demais atributos, foram identificados nas divulgações de todas as empresas.

No quadro 5, pode-se observar os percentuais de cada categoria do IDA, de acordo com os atributos encontrados nos documentos analisados.

Categorias	Atributos do Indicador de <i>Disclosure Ambiental</i>	Total (%)
Impacto dos Produtos e Processos	1 - Impactos ambientais dos produtos e processos (poluição atmosférica, das águas, sonora, visual)	36%
	2 - Informações sobre resíduos e desperdícios	
	6 - Uso eficiente / Reutilização da água	
Políticas Ambientais	3 - Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	24%
	5 - Declaração das políticas empresariais ambientais	
Sistemas de Gerenciamento Ambiental	4 - Programa de gestão ambiental (longo prazo)	24%
	7 - Auditoria ambiental	
Informações Financeiras Ambientais	8 - Práticas contábeis de itens ambientais	16%
	9 - Reserva para proteção ambiental	
	10 - Custos e/ou despesas ambientais	

Quadro 5 – Composição das categorias do IDA divulgados pelas companhias (%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Destaca-se que neste trabalho foram utilizados recortes das notas explicativas e dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas que compõem a amostra.

A primeira categoria traz os Impactos dos Produtos e Processos, sendo ela dividida em três atributos que representam 36% dos itens encontrados com maior frequência nas divulgações. O primeiro atributo trata dos impactos dos produtos e processos, que podem ser entendidos como informações sobre os danos ambientais causados pelo ciclo produtivo dos produtos, que promovem alterações nos recursos naturais, e quais são as soluções criadas pelas empresas para mitigar esses impactos. Na maioria das empresas, observa-se uma vasta quantidade de material, principalmente em ações voltadas a reduções de emissões de carbono, Gases de Efeito Estufa (GEE) e aquecimento global, eficiência energética, fontes de energias renováveis (como solar e eólica por exemplo), preocupação quanto a cadeia de fornecimento, através de matérias primas e embalagens ambientalmente responsáveis, entregas realizadas por veículos elétricos, bicicletas etc.

Dentre as empresas, a Americanas busca eficiência energética ao utilizar 88,4%

do consumo proveniente de energias renováveis, e conta com o uso de veículos elétricos, bicicletas (possui a maior operação no país) e caminhões movidos a gás natural e biometano.

Nossa plataforma logística teve, em 2021, um ano importante em relação a suas iniciativas ESG, com destaque para a expansão de modelos ecoeficientes de distribuição que, somente nesse ano, deixaram de emitir mais de 370 tCO₂ e, o que representa mais que o dobro das emissões evitadas em 2020.

Um segundo exemplo a ser citado é a companhia Arezzo, que possui grande foco na cadeia de suprimentos, buscando opções mais sustentáveis para os seus produtos e indo mais longe, exigindo de seus fornecedores as mesmas práticas. Por exemplo, os fornecedores de couro animal, em que 70% dos curtumes contam com certificação de sustentabilidade, ou inovando, sendo a primeira empresa têxtil nacional a rastrear o algodão.

O programa é a primeira iniciativa de rastreabilidade em larga escala da cadeia têxtil nacional, e permite rastrear o algodão usado nas peças até a sua propriedade de origem, garantindo, por meio da certificação Algodão Brasileiro Responsável, a adoção de boas práticas socioambientais em toda a cadeia, até o produto acabado. Com tecnologia *blockchain* as informações sobre o caminho percorrido pelo algodão ficam digitalizadas, acessíveis e auditáveis, dando confiabilidade à certificação.

O segundo atributo aborda as informações sobre resíduos e desperdícios, e é importante destacar a reciclagem e o aspecto da economia circular, em que o resíduo é reintroduzido no ciclo de produção e consumo. Todas as empresas declaram investir em melhorias nas embalagens gerando menos papelão, plástico e vidro, como é o caso da empresa Americanas, que reciclou 93% dos materiais renováveis utilizados em suas operações, e ainda busca através do projeto Papelão Zero, reduzir o impacto ambiental das embalagens.

Criado para diminuir a quantidade de resíduos dos nossos *Fulfillment Centers*, o projeto seguiu em expansão em 2021. Substituímos os contentores tradicionais de papelão por outros de polipropileno, um polímero isento de BPA. Além de ser resistente, durável e facilitar o deslocamento de mercadorias, cada unidade reduz o impacto ambiental ao substituir cerca de 1,8 kg de caixas de papelão.

As Lojas Renner buscaram implantar conceitos de Logística Reversa, e recuperaram toneladas de embalagens e roupas para dar a correta destinação.

Oferecemos aos nossos clientes um serviço de logística reversa, o EcoEstilo, nas categorias perfumaria e roupas, em mais de 330 lojas. Desde 2011, embalagens e frascos de perfumaria e beleza podem ser descartados nos coletores Ecoestilo de perfumaria nas lojas, mesmo que estes não tenham sido adquiridos na Renner. Os resíduos coletados recebem a destinação ambientalmente correta, evitando a contaminação do meio ambiente. Em 2021, foram 48,3 toneladas, somando mais de 198 toneladas, desde o início do programa, com a destinação ambientalmente correta, e alcançamos 54% dos vidros e embalagens coletados reciclados.

Desde 2017, os clientes também podem descartar suas roupas, compradas nas lojas da Renner ou não, nos coletores Ecoestilo de roupas. Em 2021, foram 5,6 toneladas de peças coletadas, somando, aproximadamente, 10,9 toneladas desde 2017, que foram destinadas para reciclagem, por meio da desfibragem, reutilização ou doação.

Essas ações de coprocessamento, evitam que matérias primas virgens sejam utilizadas, reduzindo os impactos ambientais. E quando não é possível o reaproveitamento, a destinação se torna importante envolvendo aterros sanitários e correto descarte de materiais, inclusive para resíduos perigosos, que é o caso do Magazine Luiza.

Em 2021, as operações da companhia produziram 15.220 toneladas de resíduos não perigosos. Desse total, 72% (ou 11.013 toneladas) foram recuperados, com destinação a operações de reciclagem e reuso. O restante foi descartado adequadamente. Em relação aos resíduos perigosos, 24,9 toneladas (96% de um total de 26 toneladas) foram igualmente recuperadas, com descarte correto dos demais 4%.

O sexto atributo e o último desta categoria, fala sobre o uso eficiente ou reutilização da água, que aborda principalmente o tratamento, gestão e preservação. A empresa lochpe-Maxion implantou um projeto de tratamento de águas residuais por osmose reversa que remove e trata efluentes. O sistema de tratamento devolve 70% da água à usina para reaproveitamento e os 30% restantes são certificados para uso externo, como na construção ou limpeza de ruas.

Outro exemplo, seriam as Lojas Renner, que compram de seus fornecedores, peças com consumo reduzido de água no processo produtivo.

Em 2021, alcançamos 100% de fornecedores da cadeia do jeans certificados para reportar os dados de consumo de cada peça. Do total de pedidos jeans entregues à Renner, 40% são classificados como de baixo consumo de água nas etapas de confecção e acabamento, poupando pelo menos 300 milhões de litros de água (retirada do corpo hídrico).

A segunda categoria trata das Políticas Ambientais e representa 24% das informações divulgadas, incluindo o terceiro atributo que é o estabelecimento de metas e objetivos ambientais. Em geral, todas as empresas têm metas claras e bem definidas em seus relatórios, sendo em sua maioria norteadas por iniciativas globais, como o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 para alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), carbono zero ou Net Zero etc. O Grupo Natura faz parte de diversas dessas iniciativas, dentre elas a *New Plastics Economy*.

No início de 2022, assinamos o compromisso global da *New Plastics Economy*, liderado pela Ellen MacArthur Foundation. Essa iniciativa une mais de 1.000 organizações, incluindo empresas e governos, e se compromete a garantir que 100% das embalagens plásticas possam ser reutilizadas, recicladas ou compostadas até 2025. Juntamente com o PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a fundação reuniu as principais partes interessadas para repensar e redesenhar o futuro dos plásticos, começando pelas embalagens.

O Magazine Luiza, dentre suas metas, espera atingir em dez anos, a sua operação totalmente abastecida por energias limpas.

Entre as iniciativas do Magalu para avançar na redução do impacto ambiental de sua operação está o monitoramento do uso de recursos naturais, com destaque para o consumo de energia e de água. Em 2021, a companhia iniciou o desenvolvimento de um plano para garantir que, em até dez anos, 100% de sua operação seja abastecida por energia de fontes limpas.

Ainda nesta categoria, o quinto atributo fala das Políticas Ambientais, que contém as intenções e princípios em relação aos desempenhos ambientais, e que devem ser aprovadas pela alta administração abrangendo toda a empresa. Para identificar esse atributo, foram consideradas as referências as políticas e diretrizes ao longo dos relatórios. A Política de Sustentabilidade da Companhia Arezzo é um exemplo desse atributo.

As diretrizes da Política de Sustentabilidade da Arezzo&Co estabelecem compromissos e metas para nossa atuação, focadas na redução de impactos negativos, na promoção de impactos positivos e na geração de valor para nossos públicos de interesse. O documento está alinhado aos nossos princípios de atuação ética, transparente e sustentável, para a condução das operações em conformidade com aspectos socioambientais, normas, regulamentos e legislação vigentes aplicáveis aos negócios, além de firmar nosso compromisso em comunicar, de forma transparente, nosso desempenho em relação aos temas abordados.

A terceira categoria dá ênfase aos Sistemas de Gerenciamento Ambiental, contando com 24% de frequência e dividida em dois atributos, assim como a categoria anterior. O Programa de gestão ambiental (longo prazo) é o quarto atributo e esses programas são implantados através de recursos específicos para atingir suas metas definidas. Nesse sentido, as Lojas Renner contam com um sistema de gestão completo.

Contamos com sistema de gestão ambiental que cobre 100% das nossas operações, buscando garantir a conformidade com a regulamentação ambiental, a definição clara dos papéis e responsabilidades, a tomada de ações corretivas para estimular a melhoria contínua, a auditoria interna e o monitoramento de indicadores.

O sétimo atributo traz as Auditorias Ambientais que podem ser realizadas por diferentes órgãos certificadores, ou até mesmo dentro da organização, através de Comitês e setores de Auditoria Interna. O seu objetivo segundo Bachmann, Carneiro e Espejo (2013, p. 44) “é avaliar o estado dos sistemas de gerenciamento de uma empresa e o seu progresso em direção a uma gama de indicadores e objetivos”.

A companhia MRV é certificada pela ISO 14001, que estabelece um amplo Sistema de Gestão Ambiental nos canteiros de todas as obras, e para que a implantação e as renovações das certificações ocorram, as equipes de colaboradores participam de treinamentos e auditorias em cada uma das áreas certificadas. Já o Grupo Pão de Açúcar, realiza as auditorias através de comitês.

O Comitê de Sustentabilidade e Diversidade em conjunto com o Comitê de Auditoria, discutem e acompanham como os riscos climáticos e sociambientais poderão impactar a estratégia da Companhia e se as ações propostas estão adequadas para os objetivos. Juntos, avaliam, monitoram e sensibilizam o Conselho de Administração.

Dividida em três atributos, a última categoria trata das Informações Financeiras Ambientais com 16% de itens encontrados nas divulgações, sendo o menor percentual dentre as demais categorias. O oitavo atributo busca encontrar práticas contábeis de itens ambientais, como o tratamento de ativos, passivos, custos, despesas e perdas ambientais. Bachmann, Carneiro e Espejo (2013, p. 44) colocam que “tais práticas normalmente se baseiam nos princípios fundamentais de contabilidade, nas normas brasileiras de contabilidade, na legislação pertinente e em aspectos contábeis específicos para os diferentes segmentos do mercado”. Somente três empresas divulgaram dados, sendo elas a Natura, Lojas Renner e Via, isso não significa que as demais empresas não adotem as práticas contábeis, porém os dados não estavam destacados nos documentos analisados.

Como exemplo do oitavo atributo, a companhia Via, que em 2021 realizaram a primeira emissão de debêntures atrelada ao cumprimento de metas ESG (*Environmental, Social and Governance*) que são as melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Buscando relacionar cada vez mais a sustentabilidade ao negócio, em 2021 anunciamos nossa primeira emissão de debêntures atrelada ao cumprimento de metas ESG, conhecida no mercado como *Sustainability-Linked Bond* (SLB). No total foram emitidos R\$ 1 bilhão em debêntures, com vencimento de três a cinco anos. Eles foram divididos em duas séries, com prazos e juros diferentes. A meta vinculada à emissão é relacionada ao uso de energia elétrica renovável em nossas operações.

A companhia Natura, utiliza a metodologia internacional de contabilidade ambiental, conhecida como *EP&L* (Ganhos e Perdas Ambientais). Com base nessa metodologia, a empresa consegue contabilizar poluentes atmosféricos, Gases de Efeito Estufa (GEE), dados sobre as águas, além de ser orientada no processo de tomada de decisões, e de confirmar os impactos positivos de suas ações e projetos ambientais.

O nono atributo aborda as reservas para proteção ambiental, e corresponde a obrigações ambientais, que podem ser potenciais resultados de eventos passados, e somente serão confirmados na ocorrência, ou não, desses eventos. Não foram encontradas nas divulgações de nenhuma organização, porém não significa que as companhias não constituam reservas, mas que os dados não estavam destacados nos documentos analisados.

Por fim, o décimo atributo que trata dos custos e/ou despesas ambientais. Esse atributo busca demonstrar que as companhias incorrem em custos para sanar os danos ao meio ambiente, que podem se originar no processo produtivo ou ser necessário à conservação dos recursos naturais. A companhia Natura, investiu doze milhões de dólares

em causas ambientais no ano de 2021, principalmente em projetos voltados para a conservação da Amazônia.

Desde 2010, a Natura investiu mais de R\$ 2,55 bilhões na região e estabeleceu relação com 40 comunidades e mais de 8.155 famílias, já superando nossa meta de 2030. A inovação é o principal impulsionador da nossa presença na região, seja ajudando a transformar ingredientes da biodiversidade em produtos ou desenvolvendo novas soluções agrícolas regenerativas, como o sistema agroflorestal no qual a Natura investiu para produzir óleo de palma de forma sustentável.

Nota-se que não houve divulgação de todos os dez atributos do indicador e que apenas as companhias Natura, Lojas Renner e Via, divulgaram 90% dos atributos. As demais companhias divulgaram 80%, e com isso, o fato de estarem listadas no ISE, traz confiabilidade quanto aos temas ambientais. Como ponto de melhoria, é possível citar, a falta de esclarecimento quanto as práticas contábeis e provisões ambientais, que poderiam estar mais em evidência nos relatórios analisados para o ano de 2021.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade analisar de forma qualitativa, as informações divulgadas nas demonstrações financeiras padronizadas e Relatórios de Sustentabilidade, para o exercício de 2021, de nove companhias de relevância no cenário econômico atual, listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. As informações divulgadas, foram analisadas através do viés do Indicador de *Disclosure Ambiental* (IDA).

O IDA pode ser dividido em quatro categorias principais, sendo elas: Impacto dos Produtos e Processos, Políticas Ambientais, Sistemas de Gerenciamento Ambiental e Informações Financeiras Ambientais, que se subdividem em dez atributos ambientais. Buscou-se por cada um desses atributos nas documentações, e foram encontrados em maior e menor grau de representatividade, sendo a primeira categoria mais frequente com 36%, seguida pela segunda e terceira com 24% e por último a quarta categoria com 16% de atributos encontrados nas divulgações. Observa-se, todavia, que o nono atributo não foi identificado claramente nas publicações, podendo não significar que as companhias não adotem a constituição de reservas, mas que os dados não estavam disponíveis nos documentos. Porém, pode demonstrar um ponto de melhoria na elaboração dos relatórios dessas organizações.

Destacam-se as companhias Natura, Renner e Via, por divulgarem nove atributos, seguidas pelas demais, que divulgaram oito atributos. Estas, por sua vez, podem ser entendidas como empresas modelos nos quesitos ambientais.

Ainda que não exista padrão obrigatório definido para a elaboração dos relatórios, as empresas estudadas demonstram claramente sua preocupação em manter a qualidade das informações divulgadas. É possível concluir, que as empresas constantes no ISE, possuem

grande confiabilidade quanto aos temas ligados as práticas ambientais sustentáveis, sendo essas informações relevantes aos investidores e partes interessadas nessas companhias.

Dessa forma, embora, tenha sido possível para o período analisado, realizar um paralelo entre o IDA e as companhias, seria interessante para pesquisas futuras, realizar um levantamento histórico nas documentações divulgadas, para avaliar a evolução do *disclosure* ambiental ao longo do tempo. Sugere-se ainda, que novas análises sejam feitas, levando em consideração também empresas não constantes no ISE, para avaliar as principais diferenças entre as divulgações dessas companhias.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, L.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 3, p. 53-63, dez. 2010.

BACHMANN, R. K. B.; CARNEIRO, L. M.; ESPEJO, M. M. S. B. Evidenciação de informações ambientais: proposta de um indicador a partir da percepção de especialistas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, p. 36-47, 2013.

BRAGA, J. P.; SALOTTI, B. M. Relação entre o nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. **Congresso USP – Contabilidade e Controladoria**, Anais do Congresso Contabilidade e Controladoria, 2008.

B3 - ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm. Acesso em: 18 mar. 2022.

B3 - METODOLOGIA DO ISE (2021). Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/DB/B2/66/3C/6B6AA71096B63AA7AC094EA8/ISE-Metodologia-pt-br%20vf.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COSTA, K. L. C.; LAMOUNIER, W. M.; SILVA, R. R.; MARQUES, L. T. Índice de *Disclosure* Ambiental (IDA): análise das variáveis que influenciam a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações financeiras de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. In: XVII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade, 2016, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso Nacional de Administração e Contabilidade**, Rio de Janeiro: AdCont, p. 1-12, 2016.

COSTA, K. M.; HARTWIG, A. A Contabilidade Ambiental e sua Oferta nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis. In: 22º USP - International Conference in Accounting, 2022, São Paulo. **Anais do International Conference in Accounting**, p. 1-18, jul. 2022.

DA COSTA, F. J.; ORSIN, A. C. R.; CARNEIRO, J. S. Variações de Mensuração por Tipos de Escalas de Verificação: Uma Análise do Construto de Satisfação Discente. **Revista Gestão.Org**, v. 16, n. 2, p. 132-144, 2018.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o disclosure ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 5, n. 2, p. 250-267, jul./dez. 2013.

GUBIANI, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. Disclosure Ambiental das Empresas de Energia Elétrica Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-23, jul./dez. 2012.

KNEIPP, J. M.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R.; GOMES, C. M. Características determinantes no nível de divulgação de informação em relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 12, n. 2, p. 295-338, 2013.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: **Atlas**, 2016.

MONZONI, M.; BIDERMAN R.; BRITO, R. Finanças sustentáveis e o caso do índice de sustentabilidade empresarial da Bovespa. In: IX Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2006, São Paulo. **Anais do Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**, São Paulo, p. 1-14, 2006.

NOGUEIRA, C. M. DA S.; GOMES, A. C. C. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Sob a Perspectiva do Retorno Ajustado ao Risco: Sustentabilidade Gera Retorno?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 131, p. 89-96, dez. 2011.

PANDINI, J.; STÜPP, D. R.; FABRE, V. V. Análise do impacto das variáveis macroeconômicas no desempenho econômico-financeiro das empresas dos setores de Consumo Cíclico e Não Cíclico da BM&FBovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 17, n. 51, 2018.

PAULINO, G. C.; DA SILVA, G. S.; GIRÃO, L. F. A. P. Disclosure voluntário via redes sociais das empresas listadas no IBRX100. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 14, n. 3, p. 149-167, jul./set. 2018.